



ECO 92

Lula discursa na ONU

Na abertura da Semana da Amazônia, parte da reunião preparatória para a ECO 92, Lula defendeu um novo modelo de desenvolvimento não predatório, novas políticas indigenistas e agropecuária para a Amazônia. Leia seu discurso nas páginas 8 e 9



O país anda na contra-mão

O Brasil está na contra-mão até mesmo das tendências do capitalismo internacional. Collor privatiza, derruba barreiras alfandegárias e abre a nossa economia, reafirmando sua concepção neoliberal e sua pregação de um Estado mínimo, enquanto no mundo a doutrina do neoliberalismo sofre derrotas. Do ponto de vista social, o país nunca esteve tão mal. Miséria, violência, epidemias. Do ponto de vista moral, chegamos ao limite - o caso Magri é apenas um exemplo da corrupção que tomou conta do país. Do ponto de vista político, vemos a volta ao passado. Os profissionais de sempre controlam o poder em Brasília.

Esse é o balanço do Brasil 92. O país ouve um discurso de modernização e de acesso ao primeiro mundo enquanto andamos em marcha-ré rumo ao caos.

O momento exige propostas alternativas dos setores progressistas entretanto as oposições encontram dificuldade na construção da unidade contra Collor. Mas há saídas.

Veja o debate do Diretório Nacional sobre conjuntura nas páginas 3, 4 e 5.

Porque votei não

É realmente espantoso que a bancada do PT tenha adotado a posição de votar a favor do substitutivo Roberto Magalhães (PFL) da emenda Serra (PSDB), sobre antecipação do plebiscito sobre forma de governo e revisão constitucional.

O resultado da votação - 348 sim e 73 não -, conformando um enorme "arco de alianças", do PMDB ao bloco governista e a posição do próprio Collor de simpatia à emenda, são fatos que exigem a reflexão: afinal a quem serve tal vitória?

O foguetório da imprensa e de lideranças políticas interessadas na estabilidade do governo e das instituições procurou fazer acreditar que se tratava de uma emenda "neutra", tratando exclusivamente de antecipar a data do plebiscito sobre sistema e forma de governo, daí a "frente amplíssima".

Mas não é assim. Num momento em que o governo Collor enfrenta uma crise aguda, mergulhando num mar de lama e com uma rejeição maciça do povo, a Câmara dos Deputados, com o voto da maioria da bancada do PT, vota sim a uma emenda que sob a capa da antecipação do plebiscito sobre parlamentarismo, traz no seu bojo a proposta de ampla revisão constitucional a começar em maio de 93 com a instalação de uma "comissão de notáveis", e explicitamente garante plenos poderes a Collor até 1º de janeiro de 1995.

O primeiro Congresso do PT,

como lembrou o companheiro Hélio Bicudo no seu discurso no plenário da Câmara em 24 de março, véspera da votação, afirmou claramente que a antecipação do plebiscito somente poderia ser aceita dentro de um novo quadro, com a convocação de eleições gerais (para presidente e para o Congresso).

A emenda Magalhães - Serra é radicalmente outra coisa: em primeiro lugar antecipa o plebiscito sem convocar eleições gerais; em segundo lugar vincula a antecipação à instalação em 93 da Assembléia de Revisão Constitucional que é o atual Congresso Nacional, deliberando por maioria simples, entregando nas mãos destes parlamentares, cuja maioria esmagadora é reacionária, poderes para refazer completamente a Constituição.

E a maioria da bancada do PT, infelizmente, apoiou objetivamente esta manobra que, tendo por instrumentos o PFL e o PSDB, abarcou o grosso dos parlamentares e que visa não combater o governo Collor, mas salvá-lo.

A quem, afinal, interessa que este atual Congresso reveja totalmente a Constituição senão a Collor e aos porta-vozes do imperialismo (...)

Collor quer desviar as atenções para o debate parlamentarismo X presidencialismo e para a "revisão constitucional" assegurando neste Congresso desmoralizado e em final de mandato o instrumento para ampliar a subordinação do Brasil aos interesses econômicos das potências imperialistas - para abafar o sentimento que amadurece na sociedade de já chega! basta! Fora com o governo Collor!

Não posso deixar de entristecer-me com o profundo erro político dos

companheiros do PT que deram seu aval e apoio político à emenda Magalhães-Serra, com o voto sim, descharacterizando o perfil de oposição consequente do PT, dissolvendo-se no emaranhado de interesses anti-povo expressos na votação majoritária neste episódio, rendendo-se a acordos nebulosos com o PSDB, PFL, PMDB e outros para assegurar "governabilidade" a Collor e "estabilidade" às instituições.

Votei não a assegurar o mandato de Collor até 95. Votei não à usurpação do direito do próprio povo decidir sobre as instituições que atendem suas reivindicações de Terra, Trabalho e Liberdade, em eleições gerais, para uma Assembléia com todos os poderes que suprima os poderes de Collor, esta sim, uma verdadeira Constituinte

soberana. Votei não à Collor que nas últimas semanas virou campeão do parlamentarismo, depois de seu período presidencial, e articulou em favor da emenda que lhe deixa à vontade para seguir seu desgoverno.

Todo petista fiel à sua base social, que quer defender as posições que conquistamos, que não quer confundir-se com a "politicalha" tradicional da elite brasileira, saberá entender meu voto não. Mas isto não basta. É preciso somar forças para reverter este rumo que se impôs ao PT, virar o jogo no 8º Encontro Nacional que vem aí, tirar o PT do acomodamento e colocá-lo frontalmente contra Collor, ao lado do povo trabalhador e da democracia.

Maria Laura Pinheiro
deputada federal PT/DF

O caso do IPTU

O núcleo do PT de Perdizes (SP), em uma de suas últimas reuniões, debateu um tema em evidência hoje em São Paulo, o IPTU.

Sem a menor dúvida, o projeto aprovado na Câmara Municipal com base no projeto original apresentado pela Prefeitura, vem ao encontro, no nosso entender, de uma política correta e justa sob o ponto de vista fiscal, na medida que procura, através da progressividade, arrecadar o mínimo de recursos possíveis para investimento em obras sociais, tributando de forma mais onerosa aqueles que tem mais posses, em benefício da maioria,

oprimida cada vez mais pelo sistema injusto de distribuição de renda que ainda perdura em nosso país.

As reações que se apresentam através da mídia e do judiciário são, em sua maioria, fruto do desespero de poucos poderosos que têm se mantido, ao longo da história, imunes às constantes crises sociais e que agora, se enfurecem pela ameaçadora possibilidade de repartir uma pequena fatia de suas "intocáveis" receitas (...)

De qualquer forma, a intervenção política de toda a militância petista somada aos diversos setores democráticos da cidade, na defesa de tais princípios, é o caminho para se alcançar mais uma vitória popular, concretizando em definitivo um real instrumento de justiça social.

PT Perdizes

ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$ 10.000,00

Nome _____

Endereço _____

Cidade _____

CEP _____ Estado _____

BRASIL AGORA

ASSINE PELOS FONES
(011)223.2974
e 220.7718.



20.000 ASSINATURAS

BOLETIM  NACIONAL

ABRIL/92 - Nº 62

O Boletim Nacional é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203 - São Paulo/SP
Fones (011) 223.7999/7904 ou 222.2956/2875/6986

Secretário de Comunicação
João Machado
Secretário Adjunto
Markus Sokol
Jornalista Responsável
Marisa Lourenço - MTb-SP 18321
Colaboradores
Cintia Campos, Marília Boschetto, Márcio Araújo (Brasília)
Edição Eletrônica
Caco Bisol
Fotolito e impressão: Artegraf

Andando na contra-mão

Existe um sintoma que mostra que a política econômica do governo está se esgotando. O país anda na contra-mão até mesmo das tendências do capitalismo internacional. Assim pode ser resumido o atual quadro político-econômico brasileiro apresentado pelo secretário geral do PT, José Dirceu aos membros do Diretório Nacional durante o debate sobre o momento político da última reunião, dias 14 e 15 de março. José Dirceu afirmou, também, que o quadro para as oposições se unificarem a fim de derrotar a política econômica de Collor é bastante complexo e de difícil solução, e, concluiu sua análise apontando para o perigo de uma reversão do quadro econômico - através de um controle da inflação e com a entrada de capital estrangeiro no país -, o que daria ao governo certa sustentação política e eleitoral até as eleições municipais. Isto trouxe a política de alianças traçada pelo Partido de volta à discussão. Arthur Scavone, de São Paulo, propôs que ela seja revista. Marco Aurelio Garcia, secretário de relações internacionais, defendeu a política de alianças afirmando que o PT deve se apresentar no debate político como um partido que tem um projeto nacional.

*O **Boletim Nacional** transcreve, nesta e nas duas próximas páginas, os principais momentos deste debate.*



Se o governo vive momentos de instabilidade com as denúncias de corrupção, como no caso Magri, por outro lado ele se estabiliza, por causa da recomposição que fez: a entrada de Jorge Bornhausen, de Ricardo Fiúza e de Adib Jatene no governo, a reacomodação de Antonio Carlos Magalhães, que tem um projeto para 94, e que está interferindo no governo tanto em matéria política quanto econômica, e a recolocação da Rede Globo, que volta a dar espaços enormes a matérias favoráveis a Collor.

Então, o governo se recompõe. E o que eu proponho que a gente analise desta recomposição é a transformação de Collor em chefe de Estado. Se analisarmos a personalidade de Collor, o governo imperial que ele fez, e observarmos agora Marcílio Marques Moreira, um homem do FMI, dos credores internacionais- de qualidade diferente de Zélia e sua equipe - percebemos que a questão econômica saiu completamente do seu controle. O mesmo acontece com a questão institucional, política, na medida em que o PFL, Antonio Carlos Magalhães e a Rede Globo ocupam o governo. Corre por fora o bloquinho, que foi praticamente desmantelado quando as lideranças dos partidos que o compõem foram eleitas pelo governo - aliás, a própria liderança do PMDB foi eleita pelo governo -, e corre por fora também o projeto quercista. E, ainda, coabita com o governo o projeto de Brizola. O PDT está vivendo essa contradição: sua bancada parlamentar é radicalmente oposição, tem se oposto à

privatização, à política salarial, a Previdência, e agora tem que conviver com a aprovação do acordo da dívida externa. É uma contradição quando o Brizola dá estabilidade, sustentação, dá governabilidade a Collor e ao mesmo tempo critica seu modelo econômico. Recentemente ele abraçou as teses de Collor, dizendo que o "social-liberalismo" está próximo da política da social-democracia trabalhista. E isso trará consequências na nossa política de alianças. Porque o PDT, o PC do B e o PSB estão caminhando juntos em quase todas as cidades importantes.

Ora, se o quercismo é um projeto que disputa conosco, se o bloco PDT, PC do B e PSB em geral caminha junto, em disputa conosco, o quadro para as oposições se unificarem para derrotar a política econômica de Collor é bastante complexo, de difícil solução.

Sai de cena, de certa forma, a questão do impeachment e do parlamentarismo. Primeiro porque Collor absorve setores de direita que iriam propor isso. Segundo, porque há um imobilismo de setores de centro-esquerda ou do empresariado que em outros momentos colocaram a questão da governabilidade na ordem do dia.

O empresariado, de certa forma, vive uma contradição. Ele ouve o discurso do governo: dinheiro na bolsa, safra de 70 milhões, acordo com o Clube de Paris, reforma tributária, inflação em queda, e, por outro lado, tem abertura, tem privatização.

É evidente que existe um sintoma de que essa política econômica está se esgotando. Porque a tendência geral internacional leva num outro sentido. Não há espaço para o governo Collor fazer esse modelo brasileiro se encaixar nas tendências internacionais. O modelo de Collor está na contra-mão.

Dentro do capitalismo não há espaço para adequar um país como o Brasil (ao contrário do Chile e do México) e dar uma certa estabilidade para o ajuste econômico, para a reforma institucional que Collor está fazendo. Então alguns setores do empresariado começam a questionar se há outro modelo de mercado interno, outro modelo tecnológico,

ternacional. Estas são questões que devemos discutir porque facções importantes da oposição burguesa começam a colocar na ordem do dia a luta contra a recessão e a mudança do modelo econômico.

Então surge o nosso problema, da esquerda, do PT e particularmente do movimento sindical: onde estamos nós?

Eu considero como quase contradição a política que o movimento sindical tem neste momento. De certa forma é uma política que tende a falar para o empresariado "vamos fazer uma frente para nos opor à política econômica de Collor". Mas é a política mais perigosa neste momento porque ela não tem contrapartida. O empresariado não senta com a CUT para discutir política salarial, investimento na previdência, seguro desemprego. Na minha avaliação pessoal o empresariado usa, como nunca, o arrocho salarial, as demissões, a superexploração do trabalho para aumentar o lucro e a produtividade. É só ver que o primeiro elemento que os empresários levam em conta em 92 para baixar custos e aumentar o lucro é a redução dos salários. E todos já perceberam que as demissões significam o seguinte: quem fica tem que trabalhar em dobro porque do contrário é demitido e contratam outra pessoa com um salário 30% mais baixo, às vezes 50%.

Ou o empresariado, ou setores, ou parcelas se dispõem a combater a recessão e essa política do Collor - e aí vale a pena a CUT, o PT fazer alianças pontuais para derrotar a política do Collor - ou será o suicídio do movimento sindical.

O que concluo desta avaliação é que nós estamos numa encruzilhada. Se Collor estabilizar a situação econômica e reduzir a inflação para 7%, 8%, fazendo uma reforma fiscal, recebendo algum dinheiro de fora, pode haver uma reversão psicológica da expectativa no Brasil, como já houve durante o Plano Cruzado, e, nós poderemos encontrar uma situação difícil na eleição. O único elemento que pode impedir isso é a luta social.

Se quisermos garantir uma tática eleitoral que não corra o risco de ser derrotada por uma estabilização econômica - o governo já fez dois acordos por cima e se saiu bem - nós temos que mudar a situação da mobilização e temos que mudar a nossa presença política na disputa. Isso depende de sermos os primeiros e os mais combativos inimigos

da recessão e desse modelo econômico. Mas para isso precisamos ter um projeto alternativo de política econômica.

Essas são as questões que eu considero que na tática e na conjuntura estão colocadas para o PT, agora, o difícil é saber qual é a política para sair dessa encruzilhada. Eu, evidentemente, não tenho a pretensão de ter a política, eu apenas estou trazendo uma avaliação de mudanças na conjuntura e de contradições no governo Collor, principalmente na política econômica, e do comportamento do empresariado. Uma avaliação crítica do nosso comportamento para discutirmos aqui no DN e encontrarmos algumas saídas táticas para isso. A presença do Lula no debate político, a proposta de uma política econômica alternativa já, a decisão de que **vamos procurar alianças** no empresariado ou de que vamos romper com essa política e vamos tentar a mobilização social, se a gente coloca a mobilização social em outro patamar, discutindo inclusive com outros partidos e movimentos sociais, tudo isso tem que ser debatido entre nós. Eu faço algumas propostas de articularmos uma frente política sindical e popular de mobilização, colocar no centro do debate eleitoral a política recessiva de Collor, denunciando seus efeitos; elaborar a pauta de reformas democráticas, e dentro do partido priorizarmos a mobilização contra a política econômica de Collor - o partido não estava presente na mobilização da CUT no dia 13, aqui na capital de São Paulo -, mudar nossa relação com a CUT. Sentar com a CUT para fazer uma avaliação profunda do que está acontecendo na economia do país; na estratégia e na tática dela e na relação com o governo Collor e dialogarmos com a CUT, se for o caso, reavaliarmos essa política mas não vamos polarizar de novo nos problemas do passado, nem vamos trazer a disputa do IV CONCURTO, vamos fazer a avaliação com um corte nesse momento que nós estamos vivendo agora.

Companheiros, se nós bobearmos, se a política econômica encontrar alguma saída, mesmo dessas do tipo do plano cruzado, uma saída conjuntural de três, quatro meses, com o esquema de publicidade do governo e a ansia que a classe média tem de ver uma situação econômica diferente, o governo pode encontrar uma sustentação política e eleitoral e vencer as eleições. Eu só vejo uma saída: é, além de ter propostas polí-

ticas, radicalizar a luta social. Isso é uma contradição em si porque se você radicaliza a luta social você não faz acordo com setores do empresariado. Mas eu pergunto o seguinte: o que esses setores do empresariado, nesses meses todos, propuseram de concreto para a classe trabalhadora brasileira, ou para aprovar no Congresso Nacional com relação à Previdência, da Reforma Tributária ou de recurso para a Saúde e para a Educação. O Jatene, que é um homem conservador, foi dizer aos empresários "liberem 50% do finsocial para eu fazer os hospitais deste país funcionarem senão as epidemias vão tomar conta do Brasil". Será que o empresariado vai liberar os 50% do finsocial?

Então está colocada uma questão ética, inclusive para nós que somos contra esse sistema político econômico e para a CUT. Até quando vamos propor políticas de alianças e políticas coordenadas para esse setor quando as respostas que temos são totalmente negativas. Mas há alternativas para isso. Nós precisamos é de unidade dentro do partido e entre o partido e a CUT, e, tirar um patamar mínimo de política para enfrentar isso.

Sozinhos com quem?

Arthur Scavone propõe uma revisão na política de alianças traçada pelo PT



Se nós não produzirmos, não equacionarmos, uma resistência ao plano que o governo Collor procura implementar, mesmo com o elevado custo social

que ele implique, todas as situações de miséria e tudo mais, esse plano pode de alguma forma se viabilizar e, acho que até mais a longo e médio prazo, reconstituir uma nova hegemonia burguesa com outros parâmetros e constituir também uma possibilidade diferente de desenvolvimento econômico. É fundamental construir essa resistência. Mas por que não construímos a resistência? Zé Dirceu estava dizendo aqui: "precisamos conversar com os companheiros da CUT que precisamos ter mobilização social". Mas a mobilização social é a CUT e é o Partido. E nós não temos conseguido fazer mobilização social por responsabilidade do próprio partido. Mas como fazer mobilização social (e vamos polarizar aqui) propondo para vice prefeito, em São Paulo, Emerson Kapaz, respeitável candidato à presidência da Fiesp? Como fazer mobilização social propondo uma política de alianças nacional com o PSDB - não tendo clareza de que o PSDB é um partido completamente regionalizado e que tem uma política de defesa no fundamental da governabilidade, da manutenção do governo Collor e das tentativas de mudança na sua política? É preciso fazer uma mudança na nossa política para fazer mobilização social. Isso é que é fundamental.

Nós precisamos discutir aqui isso: se queremos fazer a disputa de 92, e fazer portanto a disputa de 94, é preciso botar a cara do PT de fora. E botar a cara do PT de fora não significa o sectarismo de não fazer alianças, mas significa expor o nosso perfil.

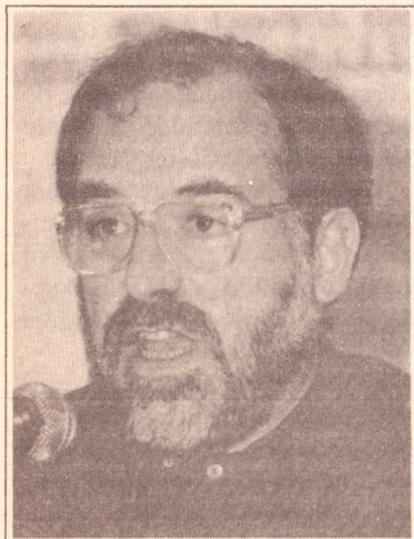
Nossa ação política tem se debruçado sobre o momento eleitoral - que é muito importante -, mas tem se debruçado muito pouco sobre a postura de denúncia sobre o que significa a política recessiva do governo Collor, sobre o que significa o governo Collor.

Na última reunião do DN discutimos a possibilidade de impedimento do governo Collor mas o partido recua porque tem medo de ficar sozinho. Mas ficar sozinho com quem? Nós estamos sozinhos: não estamos propondo o impedimento do Collor, estamos bonzinhos propondo alianças. Temos que propor alianças, claro, mas propor isso de que maneira? Respaldados com forças, mas nós estamos perdendo a base social da qual o partido surge e se articula.

Nós precisamos rever a tática e a política de alianças que traçamos.

Mais ação

Marco Aurélio afirma que devemos nos apresentar no debate político com um projeto nacional



Eu acho que nós não temos que rever nossa política de alianças, conforme disse nosso amigo Arthur, mas eu acho que devemos ver alguns aspectos de implementação da nossa política em geral. Em primeiro lugar acho que nós não devemos ficar muito preocupados com as previsões, seja de alteração do quadro internacional, seja de alteração do quadro nacional, porque mesmo aqueles que estão acompanhando muito de perto a evolução, por exemplo, da economia norte americana, e mesmo aque-

les que estão, não de forma catastrofista ou apologética, examinando o quadro de evolução da economia brasileira têm sido muito cuidadosos em prever o que vai acontecer aqui. Uma coisa é certa: mesmo que houvesse um restabelecimento fulgurante da economia norte americana a partir de junho, levando Bush a uma reeleição, ou mesmo que houvesse uma queda da inflação brasileira que permitisse uma recuperação da imagem do governo, não vamos ter a ilusão de que os efeitos sociais da crise atual vão se atenuar. Não vão por uma razão muito simples: dificilmente haveria capacidade de absorção dos efeitos do até aqui já produzido. Em segundo lugar, de qualquer maneira havendo um controle da inflação as consequências da política neoliberal vão se manter.

Eu acho que nós não temos que rever agora a nossa política de alianças; podemos até chegar à conclusão de que sim, se percebermos que aqueles partidos que escolhemos não eram exatamente os partidos que nós pensávamos que podiam ser, isso é perfeitamente possível. Nós podemos chegar à conclusão, num prazo mais ou menos curto, de que as nossas intenções em relação ao PSDB não se materializarão. De qualquer maneira o que me parece fundamental é que há dois aspectos de projeção da nossa política que nós não estamos levando em conta. Eu acho que não podemos nos limitar exclusivamente a uma política

de resistência. Nós estamos há 12 anos fazendo resistência e cada dia mais nós vamos perdendo e perdendo. Não entendo que a política de resistência seja errada mas não podemos pensar exclusivamente a nossa ação em termos de uma ação de resistência.

O que está faltando para este país é um projeto nacional. E o Partido dos Trabalhadores tem que se apresentar no debate político deste país, a começar pelas demissões de 92, como um partido que tem um projeto nacional. Tendo um projeto nacional nós vamos ter, inclusive, condições de definir de forma muito adequada e não oportunista a questão das alianças. Porque com um projeto nacional de desenvolvimento econômico, de reforçamento da democracia, de moralização da república nós vamos ser capazes de atrair aqueles aliados, e vamos ser capazes, dentre outras coisas, de implementar eixos de mobilização popular. Nós não estamos mais em 79, 80 quando havia uma certa conjuntura e um movimento social que nos permitia mobilizar com facilidade, isso não existe mais e é ilusão ficar em busca desse tempo perdido porque não existem mais esses canais. Então nós temos que ter uma política clara, um projeto nacional democrático, popular, com metas muito precisas, diagnósticos muito claros, a partir dos quais nós tenhamos capacidade, entre outras coisas, de apartar o mau debate que às vezes existe no movimento sindical

e de atrair determinadas parcelas da oposição democrática e do empresariado.

Deve estar saindo nos próximos dias um manifesto do empresariado contra a política de abertura. É mau que a iniciativa disso fique em mãos do empresariado. A pressão da política de abertura tem que ser enquadrada dentro da nossa crítica do neoliberalismo e nós devemos ter a iniciativa. Em segundo lugar, para concluir, a nossa política não se implementa porque nós estamos vivendo no nosso partido, e eu falo isto autocríticamente, uma crise de direção. Nós não temos meios de veicular as nossas políticas. O Diretório Nacional se transformou num parlamento e a Executiva Nacional num mini parlamento, onde se discute muito e não se tem um instrumento de implementação. Não teria sido nada mal se nós tivéssemos saudado os dois anos do governo Collor com um cartaz com os ministros Alcení, Magri, Margarida Procópio etc: "procurados como ladrões do dinheiro público" e enchessemos as ruas do Brasil com cartazes desse tipo. Se nós tivéssemos feito isso nós teríamos feito o que o Arthur propôs: mostrar a cara do PT.

Eu acho que nós temos que sair daqui com uma resolução prática. O partido tem que ter meios de que a sua política não seja mais um debate elegante, que sejam concretamente medidas práticas de atingir o movimento social. O resto é balela.

Diretório Nacional

Deliberações da reunião de 14 e 15 de março

O DN aprovou, em sua forma final e definitiva, os regulamentos de Encontros e Eleitoral, agora fundido num único documento - o Regimento Transitório, que vigorará até a aprovação do novo Estatuto do Partido.

Momento Político

O documento apresentado pela Secretaria Geral ao DN serviu como subsídio para as discussões mas não foi submentido a votação (veja o debate nas páginas 3,4 e 5).

O DN aprovou as seguintes propostas no campo político:

- reafirmou as deliberações anteriores de política de alianças e de tática de oposição ao governo Collor, autorizando a bancada federal a

constituir CPI com o objetivo de apurar atos de corrupção no governo Collor, para constituir base para o pedido de impedimento do presidente por crime de responsabilidade.

- fez um balanço positivo das manifestações de 13 de março, "Diga não a Collor", apesar de seu caráter não massivo, e decidiu propor às entidades - especialmente CUT, MST, aposentados e sem teto - e aos partidos de oposição, um calendário de mobilização e um 1º de maio contra a recessão, o desemprego, a fome e a corrupção. A CEN deve implementar essa resolução imediatamente, priorizando a relação com a CUT e a discussão de um progra-

ma mínimo para o período, além de formas de denúncias com plebiscito sobre o governo Collor e a elaboração de um manifesto.

- por recurso de alguns de seus membros o DN discutiu e deliberou sobre a proposta de criação de um bloco parlamentar na Câmara Federal com os partidos PDT, PSDB, PCdoB, PPS, PSB, PV e PT, com o objetivo de fazer oposição ao governo Collor, colocar na pauta uma agenda de projetos de lei, disputar a Presidência e a Relatoria de Comissões, quebrar a hegemonia do Bloco governista e do PMDB no Parlamento.
- com relação à discussão de conjuntura, o DN, tendo em vista o Encontro em junho, aprovou a reali-

zação de um Seminário com membros do DN para elaboração de um documento base para ser encaminhado aos Encontros Estaduais e Nacional.

Sistema de governo

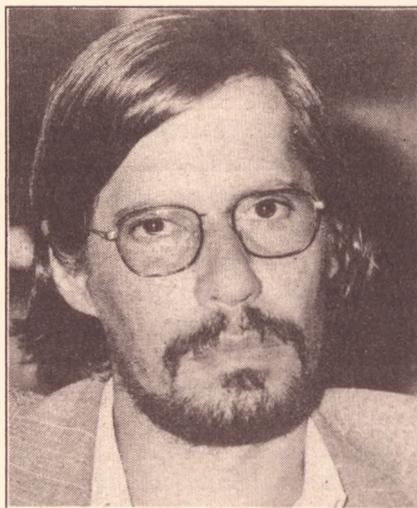
O DN aprovou a proposta de organização de um debate sobre presidencialismo e parlamentarismo

Moções

O DN aprovou as seguintes moções: repúdio à perseguição do Governador da Paraíba contra o deputado Chico Lopes; solidariedade com a deputada Maria José Rocha, vítima de perseguição do Governador da Bahia; protesto contra anulação do julgamento dos assassinos de Chico Mendes.

Um Bloco Socialista e Democrático em Brasília

Maior do que o bloco governista, maior do que a bancada do PMDB; vem aí o bloco parlamentar de esquerda e centro-esquerda na Câmara Federal. Ele unirá 140 deputados do PT, PDT, PSDB, PSB, PCdoB, PPS e PV.



O 1º Congresso do PT reafirmou “nossa vocação democrática e pluralista nas lutas pelas transformações sociais. Para isto, nossa política de alianças “não só precisa ter continuidade, mas inclusive deve ser radicalizada” e deve ser “uma ampla política de alianças destinada a enfrentar a nova realidade internacional e a onda neo-liberal no Brasil”.

O DN coloca como um dos três objetivos gerais de nossa tática em 1992 “unificar os partidos de oposição na perspectiva de um projeto alternativo para o Brasil”.

Na Câmara Federal já existia uma certa tradição de lutas conjuntas dos partidos progressistas. Elas

permitiram vitórias expressivas principalmente na Constituinte. Esta unificação porém é irregular e não sistemática.

Avançar nesta questão tornou-se desafio para nossos deputados, superando criticamente atitudes do passado por vezes vanguardistas e hegemônicas que dificultavam unidades mais sólidas.

A bancada apoiada em referendo do DN, adotou esta como uma de suas metas prioritárias e está propondo ao PDT, PSDB, PSB, PCdoB, PPS e PV a formalização de um bloco parlamentar de esquerda e centro-esquerda na Câmara Federal. Somados reuniremos 140 deputados. Somos maiores que o bloco governista que conta com 130, que o campo governista-auxiliar que conta com 110 e que o PMDB com seus 100 deputados. Este quadro nos posiciona para realizar uma oposição mais eficiente, dialogar em igualdade de condições com o PMDB e disputar de forma privilegiada espaços fundamentais em comissões importantes como do Orçamento, de Constituição e Justiça, Finanças, etc.

O nosso bloco teria um programa de unidade de ação em torno de pontos como oposição ao governo Collor, votação da regulamentação dos dispositivos constitucionais da Reforma Agrária, imposto territorial rural com progressividades, impos-

to sobre grandes fortunas, participação nos lucros das empresas, política salarial e de salário mínimo, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, dispositivos para democratização dos meios de comunicação, defesa da Previdência Social pública e do sistema Único de Saúde, bloqueio do “emendão” de Collor. etc.

Teríamos uma liderança comum ocupada rotativamente por membros dos diferentes partidos com uma estrutura ágil que cuide do desenvolvimento do nosso programa mínimo e articule as votações.

Os partidos manteriam suas atuais estruturas independentes baseadas nas atuais lideranças que seriam formalmente vice-lideranças do bloco.

É garantida a autonomia de cada partido de forma a respeitar as diferenças e possibilitar explicitação de questões divergentes. Caso necessário pode-se requerer o desligamento do bloco a qualquer momento.

Esta aliança deve ter compromisso bem delimitado à atuação parlamentar. No entanto temos consciência de que se ela se consolidar será indicação importante para que a unidade prospere em outras áreas institucionais e no movimento social. Será uma contribuição para a construção de um forte polo democrático e socialista capaz de ser governo e poder a curto prazo no Brasil.

MOÇÕES APROVADAS PELO DN

Ação intimidatória

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, reunido em São Paulo nos dias 14 e 15 de março de 1992, vem publicamente repudiar a atitude do Governador da Paraíba, que procura, através de processo judicial, calar mais uma das poucas vozes de oposição existentes na Assembléia Legislativa desse Estado. O companheiro e deputado estadual Chico Lopes foi processado em função de denúncias feitas contra o Governador e um de seus secretários, por se utilizarem de incentivos fiscais não regulamentados por lei, como determinam as Constituições

Estadual e Federal.

Esse processo judicial é uma iniciativa inconstitucional, que fere a imunidade parlamentar, além de tratar-se de ação intimidatória contra o nosso deputado, que tem se destacado em cumprir seu mandato de forma coerente e responsável, na defesa da democracia e dos interesses populares.

Solidariedade

O Diretório Nacional do PT, solidariza-se com a deputada estadual do PT Maria José Rocha, vítima de ação do governador do Estado da Bahia, Antonio Carlos Magalhães. A queixa crime do Governador, acatada pelo Tribunal de Justiça da Bahia e encaminhada a

Assembléia Legislativa para deliberação sobre licença para processar a deputada é uma ameaça a imunidade e a inviolabilidade do mandato parlamentar, elementos fundamentais ao exercício democrático de um mandato parlamentar.

O Diretório Nacional do PT ao tempo em que se solidariza com a companheira Maria José, conclama todos os deputados estaduais da Bahia a não compactuarem com essa ação persecutória e a recusarem o pedido para o prosseguimento da iniciativa do Governador da Bahia.

Impunidade

O Diretório Nacional do PT manifesta o seu protesto e preocupação ante a anulação do Julgamen-

to dos autores e mandantes do assassinato de Chico Mendes.

Este crime de repercussão internacional, cuja punição deve se constituir em desestímulo à onda de assassinatos contra sindicalistas e militantes, pode mais uma vez entrar para o rol da impunidade.

Está em jogo a esperança de milhões que lutam por justiça; está em jogo a imparcialidade da justiça brasileira, com toda a repercussão que estes fatos tem ganho no plano nacional e internacional.

O PT convoca a todos aqueles que acreditam na possibilidade de se constituir um País onde se possa viver e trabalhar com decência, a que se manifestem e lutem pela exemplar punição deste hediondo crime e de tantos outros que atentam contra os que lutam por Justiça.

GTE 92: agite e espalhe

Unidade política e da imagem institucional; agilidade diante dos principais fatos políticos; circulação interna diária de informações; dados relevantes disponíveis sobre as administrações petistas à mão; capacitação de quadros para as tarefas eleitorais... construção de uma ponte sólida para 94. Parece sonho, mas é realidade: o Grupo de Trabalho Eleições - GTE 92.

Já está em funcionamento, no PT, o GTE 92 - Grupo de Trabalho Eleições - formado por membros do DN e representantes de DRs e regiões, com apoio de Projeto Gestão, Ildes, Instituto Cajamar, INAPP, Pólis e Governo Paralelo. Baseado em São Paulo, o GTE-92 constuiu-se de cinco projetos: Acompanhamento de Tática Eleitoral, Capacitação, Sistematização de Experiências, Comunicação e Infra-estrutura. Interligados, podem assegurar ao Partido condições para vencer política e eleitoralmente as eleições de 92, em todo o país.

Produtos GTE: use e abuse

Cada um dos projetos GTE-92 oferece às instâncias partidárias regionais e locais produtos capazes de subsidiar os candidatos petistas majoritários e proporcionais no embate político e eleitoral.

O **Acompanhamento da Tática Eleitoral** tem a coordenação de Jorge Bittar e já está consolidando a lista nacional dos municípios que terão acompanhamento especial, a partir de critérios elaborados pela CEN.

Também acompanha nacionalmente a definição de candidaturas e a política de alianças, oferecendo informações ao DN. À medida em que as campanhas se desenvolvam, o grupo da Tática acompanhará a performance dos candidatos, analisando informações periódicas provenientes dos municípios e sugerindo orientações que visem melhorar o desempenho político e eleitoral dessas candidaturas. Providenciará, ainda, dossiê sobre nossos principais adversários nacionais e sobre nossos pontos mais vulneráveis, de modo que os candidatos tenham a munição para denúncias e defesas no decorrer do período eleitoral. Fazem parte da Tática, também as agendas de Lula e das principais lideranças nacionais.

Quais são as realizações das administrações petistas? Esta pergunta feita por companheiros de todo o país e já respondida rapidamente durante nosso último programa de televisão, é a principal preocupação do projeto de **Sistematização de Experiências**, coordenado por Regina Toscano, da SNAI e apoiado pelo PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.

O objetivo da Sistematização é coletar, sistematizar e divulgar as principais experiências de gestão das ad-

ministrações petistas e a experiência do Legislativo. Através destas informações o GTE oferece subsídios para a elaboração de planos locais de governo. Todas as informações coletadas estarão à disposição dos municípios em forma de Banco de Dados Qualitativo, Banco de Dados Quantitativo, Livro "O PT e as Prefeituras", seminários sobre Plano de Governo, encontro sobre ação parlamentar petista, texto ação parlamentar petista, exposições atualizadas do Modo Petista de Governar, texto Modo Petista de Governar, vídeos sobre experiências municipais petistas e 7 publicações sobre experiências de gestão e de políticas setoriais. Até início de maio, a maioria destes produtos já estará disponível para todo o país.

O projeto de **Capacitação**, coordenado por Luiz Sérgio Silva - Instituto Cajamar, investe no aumento da nossa capacidade de ação nas eleições, pela identificação e intervenção sobre os principais problemas sentidos pela população e pela reorganização da nossa intervenção partidária na campanha, além de procurar contribuir para a mudança de mentalidade no Partido, através de uma campanha mais planejada, com instrumentos de comunicação e gerenciamento que aumentem nossa eficácia e otimizem os recursos existentes. Entre os produtos da Capacitação está o tão cobrado Manual de Campanha, que socializa algumas de nossas experiências e fornece orientação sobre acompanhamento jurídico (inelegibilidade, direito de resposta, etc.) boca de urna, fiscalização da apuração, planejamento de campanha, gerenciamento de campanha, orientação geral sobre análise de pesquisa de opinião, orientações mínimas para os candidatos proporcionais, orientações para candidaturas majoritárias: gerais, como proceder para elaborar o Plano de Governo. A potencialização das campanhas está contemplada na capacitação para planejamento operacional, propaganda eleitoral, coordenadores gerais de campanha, seminário sobre Plano de Governo (conjunto com sistematização) e coordenadores executivos. A formação destes técnicos e gerentes para as campanhas já teve início em março, no Instituto Cajamar. Mas alguns dos cursos, como o de Propaganda Eleitoral, serão descentralizados e, acontecendo em 7 cursos regionais, desenvolvidos em conjunto com a equipe de comunicação do GTE.

O projeto de **Comunicação**, coordenado por Mariângela Haswani pretende unificar nacionalmente a imagem do Partido para as campanhas 92 e iniciar a implantação de um sistema de comunicação ágil e abrangente.

Para isto, atua em comunicação interna, comunicação e material de apoio ao Horário Eleitoral Gratuito. A comunicação interna acontece a partir de maio, com a emissão diária de um Boletim GTE para os municípios prioritários via fax e semanal para os demais municípios, pelo correio. Este boletim permitirá que as ações empreendidas pelas demais coordenações do GTE realmente cheguem aos municípios em campanha. Além disto, no início de maio, os primeiros vídeos temáticos sobre as administrações petistas e o Modo Petista de Governar já estarão à disposição dos diretórios para informar a militância, subsidiando-a para a discussão e elaboração dos planos de governo (trabalho conjunto com Tática e Sistematização).

A partir de julho, as campanhas terão o suporte de vídeos e de rádio para produção de programas para o Horário Eleitoral Gratuito. Não se trata de fazer, via GTE, os programas de rádio e TV para os municípios, mas de fornecer fitas de vídeo e áudio contendo vinhetas, jingles, flashes do Modo Petista de Governar e da Campanha presidencial de Collor para se juntarem ao que se produz nas localidades, segundos as conveniências políticas e de tempo locais.

A comunicação com a imprensa (rádio, TV e imprensa) é contemplada com noticiário diário para os meios de maior circulação nacional. Os municípios e DRs receberão instruções para produção de noticiário similar para seus meios regionais de comunicação.

A **Infra-Estrutura**, coordenada por José Rocha Cunha deve assegurar os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para o pleno funcionamento do GTE no plano nacional. Para isto, pretende dotar os Drs e DMs dos principais municípios de microcomputadores e equipamentos de fax que, interligados em rede nacional possibilitarão a comunicação precisa e ágil entre os principais pontos do país. E, é claro, promover iniciativas que assegurem a obtenção dos recursos financeiros. O GTE-92, com a coordenação nacional de Jorge Bittar, funciona na Rua Conselheiro Nébias, 1052, em São Paulo, com telefone 223-7999. Agite e Espalhe!

Proteção Ecológica e Desenvolvimento

Um novo modelo de desenvolvimento não predatório e novas políticas indigenista e agropecuária para a Amazônia foram defendidos pelo presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva em sua conferência às Nações Unidas, dia 23 de março, em Nova Iorque. Lula falou no ato de abertura da Semana da Amazônia, parte da reunião preparatória à ECO 92.



Entrevista coletiva à imprensa em Nova Iorque

Expresso minha alegria por estar aqui em Nova York para discutir um assunto de tanta importância para o futuro da humanidade.

Manifesto, igualmente, meu agradecimento pelo convite que me permite expressar nosso ponto de vista sobre a situação atual e o futuro da Amazônia.

Essa discussão faz parte de um debate mais amplo sobre os problemas ambientais do planeta, que estarão no centro das preocupações da ECO-92.

A situação ambiental não pode ser separada de um conjunto de problemas econômicos, políticos sociais, culturais e éticos, sobre os quais gostaria de fazer uma breve introdução.

Cinco anos após ter sido convocada, a ECO-92 se realiza numa conjuntura internacional radicalmente distinta daquela existente em 1987.

As mudanças não são apenas de ordem geopolítica, a partir da Crise do Leste Europeu e do fim da União Soviética, bem como da intensificação hegemonia militar dos Estados Unidos com a Guerra no Golfo. Elas são principalmente de ordem econômica e social.

Crescem os sinais inquietantes da recessão nos países desenvolvidos e se aprofunda a crise das economias periféricas, particularmente na América Latina.

Meu país, o Brasil, vive há doze anos um quadro que oscila entre a estagnação e a recessão.

Alguns países do continente, que aplicam duros programas do chamado "ajuste econômico", podem comemorar algum êxito no combate

à inflação, mas nenhum ostenta qualquer melhoria na situação social. O que vemos por toda a América Latina é o crescimento do desemprego, da pobreza e da miséria.

Vão se decompondo nossos precários sistemas de educação, saúde e previdência. Ressurgem epidemias como o cólera, que provocam milhares de mortes entre os mais pobres. Milhões de jovens e de crianças mergulham na desesperança, quando não são atirados diretamente no abandono, na prostituição ou na violência criminal.

É por todas essas razões que lanço desta tribuna uma advertência indignada: **a principal espécie ameaçada em nossos países - e no Brasil em particular - é o ser humano.**

Esse genocídio silencioso tem suas causas econômicas, que também estão na base da degradação ambiental de nossos países.

Uma dessas causas é a Dívida Externa, que já pagamos tantas vezes e cada dia se torna maior.

Uma dessas causas é o aviltamento de nosso comércio exterior, conforme os países ricos vão nos impondo o fim das barreiras alfandegárias, enquanto praticam formas de protecionismo, como ficou patente nos impasses do GATT e na própria viagem de Bush ao Japão.

Uma dessas causas é o sucateamento de nossa indústria, condenada ao estrangulamento como consequência da ofensiva neo-liberal da defasagem tecnológica, que cada dia nos separa mais do mundo desenvolvido. Mas há também cau-

sas políticas.

Alguns governos tentam reduzir os problemas ambientais do planeta à preservação das florestas, em particular da Amazônia.

Como brasileiros que somos e, portanto, indiscutivelmente soberanos sobre a maior parcela territorial da Amazônia, queremos manifestar nosso contentamento pelo crescente interesse que os países desenvolvidos vêm manifestando pela preservação da floresta amazônica.

Mas é preciso exigir dos países ricos que tenham preocupação idêntica com a contaminação atmosférica, com a destruição da camada de ozônio e com diversas outras formas de poluição ambiental que seguem presentes em seus próprios territórios.

Estamos abertos à cooperação internacional no plano ecológico e rejeitamos - com veemência - o discurso falsamente nacionalista das elites latino-americanas e dos governos que levantam o fantasma da ingerência externa, como pretexto para prosseguir na criminosa política predatória que já produziu devastações gigantescas.

Exigimos, no entanto, que a cooperação se apóie nos princípios básicos do respeito à soberania nacional dos países amazônicos sobre a floresta, assim como na co-responsabilidade dos países ricos por outros desequilíbrios ambientais que aviltam a condição humana de redes de esgoto, precariedade do sistema educacional, força-de-trabalho sujeita à permanente insalubridade e salários de fome.

Com essa introdução sinto-me em condições de concentrar o foco de nossa análise sobre a problemática da Amazônia.

No Brasil, logo após as eleições presidenciais de 1989, decidimos criar um Governo Paralelo para articular a oposição democrática, tentando expressar a opinião dos 31 milhões de votos a nós conferidos no segundo turno daquela disputa. A função básica desse organismo é acompanhar as políticas do atual governo e formular propostas alternativas para o país, sob a ótica das maiorias exploradas e marginalizadas.

Passo a resumir os itens básicos do abrangente estudo formulado pelo Governo Paralelo sobre a Amazônia, que estamos lançando no Brasil neste exato momento, e deixo aqui, à disposição de todos, a íntegra do documento sobre o tema.

Por dezenas de anos a Amazônia foi apresentada ao mundo como uma região uniforme, despovoada e monótona, sem diversidade física e biológica. Um espaço sem gente e sem história, sujeito a qualquer manipulação através de planejamento feito à distância.

As elites governantes destinaram à região políticas públicas que resultaram em enormes fracassos. Houve reconhecidos fracassos na política indigenista, fundiária, agrícola, de transportes, de mineração e hidrelétrica.

Acima de tudo, vem se registrando profundo desprezo pelo destino das populações tradicionais, dependentes das florestas e dos

igarapés: índios, seringueiros, castanheiros e beiradeiros.

A implantação de rodovias no coração da selva, sem qualquer previsão de impactos físicos, ecológicos e social acarretou frentes múltiplas de devastação. Houve criminosa omissão quanto à proteção da sanidade das águas dos rios e igarapés, de onde provém o peixe, alimento principal e razão da sobrevivência da população pobre da região.

Desde há muitos anos, vem ocorrendo estímulos desequilibrados à grande e pequena mineração, sem nenhuma preocupação com a cadeia de reservas indígenas com vistas à garimpagem.

Esses fatos demonstram que a abertura da Amazônia ao mundo externo - sob a égide de um capitalismo indiscutivelmente selvagem - provocou a mais feroz projeção de uma sociedade desigual sobre espaços herdados da natureza, de que se tem notícia ao final do século 20.

Tal invasão fez instalar um caos fundiário generalizado e provocou enorme saque aos recursos naturais básicos e riquezas do subsolo, produzindo ampla desordem ecológica.

Implantada a desordem ecológica e social, as situações de conflito atingiram níveis tais que implicam, ao mesmo tempo em deterioração do meio ambiente e conflitos sociais agudos: os dois mais graves problemas ambientais das Amazônia Brasileira.

Após 30 anos de interferências complexas na região torna-se inadiável a criação de uma nova atmosfera de convivência e entendimento na Amazônia, alterando radicalmente o quadro atual de injustiças sociais e agressões ambientais resultantes do elitismo e da incompetência dos governantes que se sucederam.

Vivem atualmente na Amazônia Brasileira 140 mil índios; 2.500.000 seringueiros, beiradeiros, ilhéus e castanheiros; 550 mil garimpeiros; 5 milhões de trabalhadores braçais, funcionários e peões semi-nômades; além de alguns milhões de habitantes urbanos, espalhados por grandes, médias e pequenas cidades.

Esse contingente humano deve estar no centro das atenções de qualquer proposta de proteção ambiental para a Amazônia, especialmente da

política a ser sustentada por uma administração pública radicalmente distinta da atual, que venha a se orientar por uma concepção democrática e popular, valorizando o desenvolvimento ecologicamente equilibrado e a justiça social.

Em suas linhas mais gerais, nosso projeto global para o desenvolvimento da Amazônia com o máximo da floresta em pé, compreende as seguintes diretrizes básicas:

1. Introduzir uma política de convivência e co-habitação pacífica entre as comunidades humanas pertencentes e diferentes culturas, subculturas e economias, visando pôr fim aos violentos e intermináveis conflitos latifundiários e posseiros, garimpeiros e índios e peões das agropecuárias, seringueiros e madeiras.

2. Incentivar um amplo processo de reconstrução da biodiversidade, levando em conta sua importância para o país e para o planeta, em termos de patrimônio genético e reserva para a pesquisa médico-farmacêutico, bem como para a viabilização de atividades econômicas auto-sustentáveis no interesse da população regional: palmáceas comestíveis (açai, pupunha), oleaginosas (dendê), e cultivos sombreados nas bordas de matas (cacau, frutíferas).

3. Reformular radicalmente a irresponsável política de abertura de estradas, que vem se desenvolvendo desde o período da construção de Brasília, com multiplicação dos corredores de devastação que já produziram perdas irreparáveis ao meio ambiente, antes de se implantar um novo sistema de gerenciamento das rodovias atuais, voltado para a preservação ambiental e para um real atendimento das comunidades locais e dos viajantes.

4. Mudar a legislação que autoriza o desmate de até 50% de qualquer gleba na Amazônia, independente do prazo e tipo de terreno, pondo fim à fraude consistente de considerar como "benfeitoria" toda a área já desmatada. Manter sob rígido controle todos os tipos de empreendimentos baseados no desmate (madeiras, pecuárias, mineradoras, etc), fazendo com que os gigantes latifúndios existentes na região não possam derrubar mais que 30% de sua área total.

5. Cercar todas as atividades agrícolas na Amazônia de fortes

precauções com vistas à preservação ambiental, incluindo a proibição taxativa dos agrotóxicos, técnicas corretas de manejo e recuperação dos solos, limitação ao desmate proporcional à dimensão da gleba, e ainda a exigência de intervalos para prosseguimento das diferentes etapas de cada projeto, de modo a verificar a resposta dos solos e ecossistemas.

6. Admitir projetos de reflorestamento única e exclusivamente em determinados trechos de áreas já predadas, proibindo-se a derrubada da floresta original para implantação de sistemas de reflorestamento com espécies alienígenas.

7. Preservar a qualidade das águas da Amazônia, através de medidas que vão da proibição dos agrotóxicos ao incremento das obras de saneamento básico em todas as cidades amazônicas, passando pela busca de alternativas obrigatórias ao uso do mercúrio na mineração e exigência de tratamento terciário das águas provenientes de qualquer indústria potencialmente poluidora.

8. Consolidar o modelo das reservas extrativistas, surgidas a partir da experiência heróica dos seringueiros do Acre, que se constituem numa forma de utilização social da floresta e garantem a sobrevivência da população com uma auto-sustentada que preserva amplamente a biodiversidade regional.

9. Implantar na região uma Reforma Agrária que tenha particularidades condizentes com a natureza especial de uma área que, além de gigantesca, é de interesse planetário na ótica da defesa ambiental. Consolidar as reservas extrativistas, anular as negociatas cartoriais que ensejaram a apropriação de terras devolutas, limitar drasticamente o tamanho máximo permitido para as glebas, desapropriar todas as terras vinculadas ao narcotráfico, etc.

Estas são, em suas linhas mais gerais, nossas principais propostas para a defesa ambiental e desenvolvimento da Amazônia.

Com milhares de trabalhadores, criamos nos anos 80 um novo movimento social no Brasil, renovamos o sindicalismo e formamos um partido que deu voz àqueles que sempre viveram marginalizados.

Meu partido se preocupa com a ecologia porque somos um partido de trabalhadores. São os trabalhadores do campo e da cidade as prin-

cipais vítimas da degradação ambiental: nas fábricas, nos bairros poluídos, nas lavouras infestadas de agrotóxicos.

Meu partido é ecologista porque é socialista e democrático.

Porque somos socialistas e democráticos, pregamos novas formas de organização da produção e novas relações de trabalho, que são incompatíveis com os critérios produtivistas - poluidores e autoritários - do capitalismo ou do socialismo burocrático.

Buscamos construir uma nova sociedade, fundada nos valores da liberdade e da justiça social. A preservação ambiental é um dos legados que queremos deixar às futuras gerações.

E por essas razões que tantos ambientalistas participaram da fundação e construção de nossa proposta. Porque compreenderam que a luta ecológica é - antes de tudo - a luta dos trabalhadores. E que a luta ecológica não poderá ser vitoriosa enquanto a terra estiver concentrada nas mãos de poucos, as fábricas forem o inferno que são e, as cidades, insalubres depósitos humanos.

Alguns de nós começamos pela luta sindical. Outros, defendendo o meio ambiente. Outros exigindo melhores condições de habitação, saúde, escola ou transporte. Outros, lutando pelos direitos da mulher. E outros, por suas convicções intelectuais, éticas ou religiosas.

Todos trilhamos o caminho que leva a uma sociedade livre, justa, capaz de preservar a natureza e construir novos valores políticos e morais.

Muitos caíram nesse caminho. Mas com seu exemplo iluminaram o trecho que ainda devemos percorrer. Quero terminar prestando uma homenagem àquele que talvez tenha sido o mais humilde e o mais eficaz dos ecologistas de nosso tempo. Um trabalhador símbolo de nosso combate. Um homem que soube articular a luta pela Reforma Agrária com a defesa ambiental. A luta pela democracia com o socialismo. E tombou barbaramente assassinado em dezembro de 1988, para tornar-se o grande símbolo internacional da luta dos trabalhadores em defesa do meio ambiente e da justiça.

Refiro-me ao nosso companheiro, sindicalista, ecologista e militante do Partido dos Trabalhadores: Chico Mendes.

Muito Obrigado.

PT vota pela antecipação do plebiscito

A bancada do PT votou em favor da emenda constitucional - aprovada no dia 26 de março pela Câmara - que antecipa de setembro para 21 de abril de 1993 o plebiscito sobre forma e sistema de governo e fixa data para início e encerramento da revisão constitucional. Até o fechamento desta edição não haviam sido votados os destaques que definem condições, prazos e outros detalhes da emenda. O caráter polêmico desta medida gerou problemas na bancada: dois deputados - Maria Laura e Ernesto Gradella - votaram contra a emenda, a deputada Maria Laura lançou uma nota à bancada justificando seu voto (veja na página 2), dez deputados fizeram uma declaração de voto - votaram sim exclusivamente em observância aos princípios de disciplina partidária. O deputado Raul Pont relata, abaixo, os passos da direção nacional e da bancada em torno desta questão.

Uma das decisões do 1º Congresso do PT, na resolução sobre conjuntura, foi que o partido deveria ser favorável à antecipação do plebiscito sobre o regime político. A referência no debate era a emenda constitucional de José Serra (PSDB/SP) que propunha a data de 7 de setembro de 1992.

A decisão do 1º Congresso foi balizada pelo debate polarizado no Partido entre acumularmos força no calendário eleitoral e da revisão constitucional e a posição que defendia a consigna do: **Fora Collor**.

A resolução aprovada via na antecipação mais uma forma de deslegitimar o Governo Collor, mas, para que não pairasse dúvidas sobre nossa política, sua validade estaria no acoplamento a reformas profundas no sistema eleitoral, na proporcionalidade real para a Câmara Federal, no questionamento do papel do Senado e, inclusive, na convocação de eleições antecipadas também para o Congresso. A posição refletia, também, a decisão indicativa da reunião do DN anterior ao congresso que por maioria expressiva aprovava a tese do parlamentarismo.

O Substitutivo Roberto Magalhães

A Comissão Especial que deu parecer sobre a emenda constitucional expressando a relação de forças do congresso aprovou o substitutivo Magalhães no qual, a data ia para 21 de abril de 93 (semelhante a posição majoritária do DN do PT anterior ao 1º Congresso) mas introduzia elementos novos e complicadores. O definido no plebiscito só teria vigência em 1º de janeiro de 1995 (preço cobrado pela direita para não assustar Collor), estabelece-se prazo para o fim da revisão constitucional: 21 de abril de 1994 e no artigo 3º, propõe-se uma Comissão proporcional (no mínimo, 1 por cento por partido) que a partir de 15 de maio teria como função os trabalhos preparatórios da revisão constitucional que iniciaria a 6 de outubro de 1993.

Reaberto o debate

Num debate quase simultâneo, em fevereiro, a CEN reunia-se em

São Paulo e a bancada federal em Brasília, produziu-se posições distintas. A CEN aprovou que a bancada deveria votar na antecipação para que se produzissem os efeitos anteriormente avaliados que criariam uma nova conjuntura. Tentaríamos derrubar ou destacar as novas questões introduzidas no substitutivo.

Em Brasília, a bancada - também por maioria - entendia que o Partido deveria posicionar-se contrário ao substitutivo - em bloco - pois ele não contemplava a decisão congressual. Havia, também, posições contrárias à emenda por considerá-la inconstitucional.

No dia seguinte, em nova reunião da bancada, com a presença dos deputados membros da CEN e com quorum maior, após longo debate, foi reafirmada a decisão da CEN. Para chegar a essa posição o leque de argumentos foi amplo e alguns companheiros chegaram a declarar que não estavam plenamente convencidos, mas entendiam que a CEN tinha maior legitimidade para definir a posição partidária.

Prevaleceu a argumentação de que os riscos existentes estavam subordinados, e eram menores, ao quadro que seria criado com o plebiscito e que as pré-condições estabelecidas pelo Congresso são parte da luta política da disputa pela hegemonia e o norte de nossa ação. Mas não podem se transformar numa paralisia de nossa prática ou contribuir para uma derrota, como aconteceu com a emenda Richa, pela ação de Collor e seus agentes no Congresso.

O substitutivo acabou sendo aprovado na Comissão e o PT e outros partidos fizeram vários destaques para votação em Plenário.

Confusão no plenário

Na quarta-feira, dia 25 de março, a emenda constitucional foi à votação no Plenário da Câmara. Por 348 votos a favor, 73 contra e 5 abstenções, o substitutivo foi aprovado. Logo após, numa verdadeira manobra regimental o presidente Ibsem Pinheiro (PMDB) tentou invalidar todos os destaques pois estavam em conflito com a decisão principal já aprovada.

Após verdadeira escaramuça regimental, o Presidente da Câmara reconsiderou sua posição aceitou votar nossos destaques.

No primeiro destaque (vigência só a partir de 1995) criou-se o imbróglgio. Quando o painel acusava 298 votantes e a direita sentiu que não teria votos para aprovar o dispositivo e o PDT mantinha-se em obstrução, a sessão foi suspensa. A questão de ordem do PTB contraditou a Mesa de que o quorum para deliberar deveria ser 302 votantes (3/5 para emenda constitucional) e não 252 como afirmava a Mesa. Garantido o recurso no Plenário a sessão foi suspensa e o impasse permanece até agora, pois na quarta (1º de abril) o problema regimental não teve parecer da Comissão de Justiça.

Problemas na bancada

O caráter polêmico da medida criou sérios problemas. Dois deputados, Ernesto Gradella e Maria Laura, votaram contra a posição da bancada. A companheira Maria Laura, lançou **Nota à Bancada** onde tenta justificar seu voto, na qual os principais argumentos recaem exatamente onde o Partido fez destaque e estamos lutando para derrotar o Substitutivo. Portanto, a crítica é imprecisa. A não ser que se queira elidir a realidade que somos 36 deputados entre 503 membros da Câmara. A posição da maioria petista também é contrária a "assegurar" o mandato até 94, mas isso - convenhamos - ele já tem hoje, pois foi eleito por 5 anos.

Igualmente falso, para justificar o voto, é afirmar que o 1º Congresso definiu que a antecipação **somente** (grifo de M.L.) seria aceita dentro de um novo quadro, com a convocação de eleições gerais para Presidente e para o Congresso. Ora, o plebiscito é um caminho - não o único - para criar novas condições conjunturais que levem a isso. O importante é que o PT desde agora trabalhe nessa perspectiva.

Toda essa discussão foi feita na bancada e os companheiros têm o direito de continuá-la dentro do partido. Isso não justifica, entretanto, criar falsos interlocutores no debate e principalmente votar contra a deci-

são legítima e democraticamente tomada pela bancada.

Nesse sentido, outros companheiros também divergiam da posição majoritária, ainda que entre eles existissem nuances acentuadas sobre o tema: os companheiros Florestan Fernandes, Hélio Bicudo, Edésio Passos, José Fortunati, Irma Passoni, Sandra Starling, João Paulo, Paulo Bernardo, Chico Vigilante e Lourival Freitas discordavam da posição, registraram formalmente sua discordância em nota lida no Plenário, mas votaram com a bancada garantindo a unidade partidária.

Em outras oportunidades outros companheiros também assim agiram. Há um consenso na bancada de que isso é legítimo e qualquer parlamentar que esteja em minoria tem resguardado seu direito de opinião e até de registro disso em Plenário, mas o Partido não pode endossar que daí se caminhe para o voto contrário ao da decisão legítima e democraticamente estabelecida na bancada.

O reparo a ser feito, para concluir, é que essas declarações de voto não se transformem numa luta política de desqualificação da posição majoritária. A declaração de voto assumida pelos companheiros neste caso chega a afirmar que o voto favorável a antecipação estaria a serviço das elites, das classes dominantes. Ora, ou o partido e todos nós reconhecemos instâncias de deliberação como legítimas ou o exagero da argumentação leva ao mais puro subjetivismo como aconteceu na nota redigida pelo companheiro Hélio Bicudo e no seu artigo no JB (01.04.92) "Uma decisão das Elites".

A importância da decisão e o imbróglio regimental continuarão a desafiar o Partido para aprofundar o debate e alcançarmos uma posição mais amadurecida e consensual.

Raul Pont
Deputado Federal
e Membro da CEN

Bem vindo!

*Deputado Haroldo Sabóia
ingressa no PT*

O deputado federal maranhense, Haroldo Sabóia, começou em março o processo de filiação ao PT. Egresso do PDT, Sabóia

Estamos nas Comissões da Câmara

A Câmara dos Deputados promoveu em março a renovação anual das comissões permanentes. O critério para a distribuição das vagas e para a escolha dos dirigentes é proporcional ao tamanho de cada bancada. O PT, que tinha a presidência e a vice-presidência da Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior, ficou desta vez com a direção da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. A presidente eleita é a deputada Irma Passoni (SP), enquanto o vice-presidente é o deputado Lourival Freitas (AP). Essa comissão terá importante papel no caminho de matérias como a elaboração de critérios para a concessão e renovação de emissoras de rádio e televisão, o código de propriedade industrial, o projeto do governo que

regulamenta a produção e distribuição de programas de computador, entre outras coisas.

Já com relação às comissões parlamentares de inquérito (CPIs), três propostas por parlamentares do PT foram instaladas no fim de março. Uma delas, de iniciativa da deputada Benedita da Silva (RJ), vai investigar a ocorrência de esterilização em massa de mulheres brasileiras. A outra foi promovida pela deputada Sandra Starling (MG) para apurar o crescimento da violência contra a mulher no país. A terceira, proposta pelo deputado Jacques Wagner (BA), quer passar a limpo as irregularidades cometidas por membros da Comissão de Orçamento em convênios com municípios - fatos denunciados por parlamentares do PT. Os deputados José Dirceu e José Genoíno, por sua vez, trabalham para a instalação de uma CPI da Corrupção, que examine de forma conjunta e aprofundada, os numerosos episódios de irregularidades no governo federal.

Nossos deputados estão distribuídos em todas as comissões permanentes da Câmara dos Deputados, conforme o quadro abaixo.

Agricultura e Política Rural - Adão Preto (RS), Pedro Tonelli (PR), Lucy Choinaski (SC)

Ciência e Tecnologia - Tilden Santiago (MG), Paulo Bernardo (PR), Irma Passoni (SP), Lourival Freitas (AP)

Constituição e Justiça e Redação - Hélio Bicudo (SP), Edésio Passos (PR), Sandra Starlin (MG), José Genoíno (SP)

Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias - José Cicote (SP) e Valdir Ganzer (PA)

Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior - Carlos Santan (RJ), Ricardo Moraes (AM), Nilmário Miranda (MG), Ernesto Gradella (SP)

Economia, Indústria e Comércio - Vladimir Palmeira (RJ), José Fortunati (RS), Jacques Wagner (BA)

Educação, Cultura e Desportos - Raul Pont (RS), Florestan Fernandes (SP), Paulo Delgado (MG)

Finanças e Tributação - Aloisio Mercadante (SP) e José Dirceu (SP)

Minas e Energia - Agostinho Valente (MG) e Alcides Modesto (BA)

Relações Exteriores - Benedita da Silva (RJ), Luis Gushiken (SP), Haroldo Sabóia (MA)

Seguridade Social e Família - Eduardo Jorge (SP) e João Paulo Pires (MG)

Trabalho Administração e Serviço Público - Paulo Paim (RS), Paulo Rocha (PA), Chico Vigilante (DF), Maria Laura (DF)

tem 42 anos, é jornalista e servidor público, foi deputado estadual duas vezes pelo MDB e PMDB, cumprindo agora seu segundo mandato federal. Parlamentar atuante tem se destacado pela defesa de interesses populares democráticos. Socialista e democrata desde o início da carreira política, sua atuação no Congresso durante a

Constituinte foi identificada com as posições do PT: disse sim à participação popular, votou em favor da reforma agrária, contra os cinco anos para Sarney, foi coautor da emenda que garantiu aposentadoria ao trabalhador rural. Teve nota dez na análise do DIAP por sua atuação em favor dos trabalhadores.

A Reforma Ministerial

Com relação às declarações do presidente da República de que pode até incluir os partidos de oposição no seu Ministério, o PMDB, PDT, PT, PSB, PPS, PV e PCdoB respondem:

1. A reforma do Ministério reduziu-se, até agora, à simples troca de nomes e não de política de governo.

2. A manutenção pelo presidente da República da atual política econômica e a reafirmação de sua orientação recessiva e concentradora de renda, que aprofundam a miséria e o desemprego, liquidam com os valores éticos do trabalho, violentam a dignidade do povo brasileiro e põem em risco a soberania no país, contam com a mais firme rejeição dos partidos de oposição.

3. A apuração de responsabilidades e a rigorosa punição dos responsáveis pelos atos de corrupção e malversação do dinheiro público serão alvos incansavelmente perseguidos pelos partidos de oposição. A perda de cargos públicos não poderá significar, para os culpados, o encerramento das investigações e o esquecimento das atitudes daqueles que foram responsáveis pela malversação dos recursos públicos.

4. As políticas de governo que a oposição exige são o combate efetivo e imediato à recessão, ao desemprego, à fome e à miséria e às desigualdades regionais e por uma melhor e mais justa distribuição das rendas.

5. O que a oposição também exige é um governo que se reencontre com toda a sociedade civil e promova o acesso de todos os brasileiros ao bem-estar, à saúde e à educação e que garanta a integridade e a soberania nacionais.

Brasília, 01 de abril de 1992.

Assinam os líderes das bancadas

Nova coordenação

Ao contrário do que ocorre em outros partidos, no PT já é uma tradição a renovação anual de suas lideranças. Este ano não foi diferente: para suceder José Genoíno, foi eleito Eduardo Jorge líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados. Os vice-líderes são os deputados Hélio Bicudo (SP), Pedro Tonelli (PR), Sandra Starling (MG), Paulo Bernardo (PR), Chico Vigilante (DF) e Paulo Rocha (PA) e José Fortunati (RS).

O desafio dos anos 90

Participantes do Encontro de Movimentos e Partidos do Foro de São Paulo, em Lima, concluem que a formulação de propostas nacionais alternativas de desenvolvimento e integração será o grande desafio dos anos 90 para a esquerda latinoamericana

A partir de sua segunda reunião realizada na cidade do México em junho de 1991, o **Encontro de Movimentos e Partidos do Foro de São Paulo**, que congrega a mais de 70 partidos de esquerda da América Latina e Caribe, convocou dirigentes políticos latinoamericanos e intelectuais das Américas e Europa para discutir em um seminário os principais problemas do nosso continente.

Este seminário foi realizado em Lima, Peru, de 26 a 29 de fevereiro e contou com a presença de dezenas de estudiosos e dirigentes políticos de vários países latinoamericanos e europeus. Seu objetivo foi cumprido plenamente: reunir profissionais e dirigentes políticos e discutir em alto nível a integração e o desenvolvimento alternativo da América Latina, à luz das recentes transfor-

mações ocorridas no mundo.

Foram debatidas as mudanças da economia mundial, o processo de reestruturação industrial e de ajustes macroeconômicos, seus impactos sobre os trabalhadores das nações avançadas, sobre a divisão internacional do trabalho e sobre a economia e sociedade do continente latinoamericano. Foram consensuais as críticas ao modelo neo-liberal aplicado sob orientação do FMI e à "Iniciativa para as Américas", proposta pelo governo norte-americano. Discutiram-se os distintos projetos de integração latinoamericana, sejam aqueles bilaterais (Chile-EUA) ou regionais (Mercosul, Região Andina, EUA-Canadá-México, etc), na perspectiva de uma política de integração continental que preserve as nações, sua soberania e, sobretudo, os interesses dos trabalhadores.

No entanto, ao mesmo tempo em que os participantes do seminário definiam suas críticas aos projetos hegemônicos conservadores, insistiam na necessidade das forças sociais organizadas (sindicatos, movimentos populares, etc) e dos partidos políticos de esquerda formularem propostas nacionais alternativas de desenvolvimento e integração. Considerou-se que a plena constituição de propostas alternativas nacionais será o grande desafio dos anos 90 para a esquerda latinoamericana.

Várias propostas aparecem em cerca de 40 trabalhos apresentados no Seminário, incluindo os dos brasileiros que lá compareceram, o professor Luciano Coutinho do IE/UNICAMP, o economista Marcos Arruda do PRIES, além de Jorge Eduardo Mattoso (IE/UNICAMP) e Marco Aurélio Garcia (IFCH/

Trabalhos apresentados

Os seguintes trabalhos apresentados durante o Seminário, estão disponíveis para consultas na Secretaria de Relações Internacionais da Sede Nacional.

1. Ernest Mandel - Bélgica: "Globalización, interdependencia y Bloques Económicos Regionales".

2. Joan Martinez Alier - España: "El Ecologismo de los Pobres".

3. Douglas y Esteve EE.UU: "El Nuevo Orden Mundial y los pueblos de las Américas".

4. George Ann - EE.UU: "Medio Ambiente Ecologico y Desarrollo Sustentable".

5. Daw Heap (*) - Canadá: "Qué libre comercio tuvieron los canadienses? (What freetrade did to Canadians?)".

6. Jose Luis Coraggio - Argentina: "Del sector informal a la economía popular: un peso estratégico para el planteamiento de alternativas populares de desarrollo social".

7. Julio C. Gambina - Argentina: "Mercosur: Alcances y Perspectivas".

8. Daniel Cieza - Argentina: "Relaciones laborales en el Mercosur".

9. Edgar Camacho - Bolivia: "Integración latinoamericana y

nuevo orden mundial".

10. Miguel Urioste (*) - Bolivia: "Pacto contra la Pobreza" (documento de Mov. Bolivia Libre).

11. Marcos Arruda - Brasil: Democracia e integración Latinoamericana: Un Proyecto para el Tercer Milenio".

12. Luciano Coutinho - Brasil: "La revolución tecnológica y coordinación de políticas: La transformación de la economía mundial capitalista en los años 80".

13. Marco Aurélio Garcia - Brasil: "Redefiniciones de roles entre lo Público y lo Privado".

14. Jorge Eduardo Mattoso - Brasil: "Crisis, transformaciones productivas-tecnológicas y el trabajo".

15. German Sanchez Otero - Cuba: "Diez reflexiones sobre el Neoliberalismo en América Latina-Caribe".

16. German Sanchez Otero - Cuba: "El nacionalismo burguesopopulista latinoamericano: Es posible hoy?".

17. Oswaldo Martinez - Cuba: "La ambivalencia de la integración Económica Latinoamericana".

18. Fernando Martinez Heredia

- Cuba: "Cuba: Un Socialismo Latinoamericano".

19. Alvaro Diaz - Chile: "La via autoritaria de la Modernización".

20. Rolando Castillo - Guatemala: "Proceso de Paz y Propuestas Económico-Programáticas de Gobierno y Poder Popular".

21. Miguel A. Reyes Illescas - Guatemala: "Experiencias y posibilidades del mercado común centroamericano(MCCA)".

22. Ifigenia Martinez Hernandez - México: "El nacionalismo económico frente a la globalización de la economía mundial".

23. Arturo Huerta Gonzales - México: "La apertura externa de América Latina: Consecuencias y alternativas".

24. Jorge Calderon - México: "Tratado Trilateral de Libre Comercio y Desarrollo Económico en México. Propuestas y Alternativas".

25. Xavier Gerostiaga - Nicaragua: "Comenzo el siglo XXI: El norte contra el sur, el capital contra el trabajo".

26. Oscar Neira, Adolfo Acevedo, Arturo Grigsby - Nicaragua; Angel Saldonado - Chile: "Ajuste

Neoliberal, gobernabilidad y alternativas . El Caso de Nicaragua post-electoral".

27. Alberto Couriel - Uruguay: "Esquema y pautas de propuestas para un Gobierno Popular".

28. Jorge Quartino - Uruguay: "El Aperturismo neo-liberal transnacional y el plan Bush".

29. Armando Cordova - Venezuela: "La globalización de la economía mundial y la reestructuración productiva de América Latina".

30. Ricardo Parodi Buendia - Perú: "La revolución Científico-Técnica y su impacto sobre el trabajo".

31. Pedro Francke - Perú: "Desarrollo Alternativo e integración en América Latina".

32. Carlos Estevez - Perú: "La Paz en el Perú: Una tarea difícil".

33. Oscar Dancourt - Perú: "Del Fujishock al Retraso Cambiario: Una Crítica de la Política Cambiaria".

34. Victor Torres C. - Perú: "Iniciativa para las Américas".

35. Jorge de Echave - Perú: "Escenario internacional Propuesta Económica: la reinserción internacional y las economías en las Américas".

UNICAMP), ambos representando a Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores.

Além do Seminário, o PT esteve presente em outras atividades (atos políticos, entrevistas à imprensa, etc) promovidas pelo Comitê Organizador Peruano. No ato de encerramento do Seminário, aberto aos movimentos sociais e populares peruanos falou em nome do comitê organizador local o senador peruano Diez Canseco e em nome do Foro de São Paulo os companheiros Daniel Ortega, da Frente Sandinista e Marco Aurélio Garcia, Secretário de Relações Internacionais do PT.

Após o encerramento do seminário, os representantes do Partido dos Trabalhadores, dos Sandinistas, da Frente Ampla uruguaia, da Frente Farabundo Marti, do PC Cubano, do PRD mexicano, do Movimento Bolívia Livre e das esquerdas peruanas, integrantes do Grupo Coordenador do Foro de São Paulo recomendaram que o conjunto dos trabalhos e relatórios do Seminário de Lima sirva como subsídio ao III Encontro, que será realizado em Manágua, de 16 a 19 de julho próximo e que contará com a presença de dirigentes da esquerda latino-americana, inclusive Lula.

A redescoberta do mundo

Em fevereiro o Deputado José Genoíno viajou à Itália, convidado pelo Partido Democrático della Sinistra, para participar do Fórum "A Redescoberta do Mundo: Europa e América Latina no novo cenário Internacional".

Em seu discurso, Genoíno afirmou que para discutir as relações e a cooperação entre Europa e América Latina é preciso, em primeiro lugar, reconhecer as realidades profundamente diferentes em que ambas se inserem. "A Europa, rica, "civilizada", estável, unifica-se cada vez mais, protege a sua economia, capacitando-se a disputar a hegemonia mundial no século XXI. A América Latina, pobre e subdesenvolvida, apenas agora começa a pensar mais seriamente os resultados de sua tragédia. Se a Europa do Leste é herdeira dos males do comunismo, nós latino-americanos somos herdeiros dos males do capitalismo que nos legou miséria, abandono, analfabetismo, negligência, irresponsabilidade e desilusão. O profundo

fosso que separa esses dois continentes deve ser a medida das dificuldades de um relacionamento adequado e justo. Mas deve ser também um alerta de que quanto mais se alargar esse fosso mais se manifestarão riscos e problemas sociais para ambos os lados."

Mensagens

Ao Embaixador de Israel no Brasil

Queremos manifestar nossa consternação em relação ao atentado contra a Embaixada de Israel em Buenos Aires.

Peço que faça chegar às famílias das vítimas nossa solidariedade.

O Partido dos Trabalhadores reforça sua convicção de que os graves problemas que enfrenta o Oriente Médio devem ser resolvidos através da negociação e tendo como supostos básicos, por uma parte, a preservação do Estado de Israel e, por outra, o reconhecimento de um Estado Palestino sob direção da OLP.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente do Partido dos Trabalhadores
Marco Aurélio Garcia
Secretário de Relações Internacionais

*A Nelson Mandela,
presidente do CNA*

Prezado companheiro
Acompanhamos com interesse e emoção os últimos acontecimentos na África do Sul.

Esperamos que o resultado do Plebiscito crie condições mais favoráveis para a luta do Congresso Nacional Africano.

Ainda com uma viva recordação do nosso último encontro em Trípoli enviamos ao querido companheiro nosso fraterno abraço.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente do Partido dos Trabalhadores
Marco Aurélio Garcia
Secretário de Relações Internacionais

SINDICAL

O tempo vai esquentar

A Plenária Nacional da CUT, marcada para julho, pode aquecer este inverno.

Delegados de todo o Brasil, representando as CUT's Estaduais e os Departamentos Nacionais da CUT, mais os membros efetivos e suplentes da Executiva Nacional da CUT estarão reunidos de 15 a 17 de julho, em local a ser definido. É a Plenária Nacional da CUT, convocada para discutir e deliberar sobre uma pauta de 7 pontos, entre eles a questão da filiação internacional da entidade.

O critério de participação das CUT's Estaduais é de 1 delegado para cada 20 mil sindicalizados quites com as entidades filiadas no estado. Os Departamentos Nacionais deverão eleger um número de delegados que não poderá ultrapassar a metade do número de delegados eleitos pelos estados. Os delegados das CUT's Estaduais serão eleitos em Plenárias Estaduais.

Este processo já está em curso, com discussões por hora restritas aos principais dirigentes da CUT, cuja Executiva Nacional deverá produzir textos-base para a discussão no mês de abril. A partir de 15 de maio inicia-se o processo de eleição dos delegados às Plenárias Estaduais em cada sindicato filiado. E, finalmente, em junho irão se realizar as Plenárias Estaduais, elegendo os delegados à Plenária Nacional.

Temário Quente

O Temário da Plenária Nacional da CUT é o seguinte:

1. Conjuntura e Plano de Ação
2. Filiação internacional da CUT
3. Organização Vertical (Departamento x Federação)
4. Cota de participação de 30% de mulheres nas direções das instâncias na CUT
5. Eleições sindicais e atuação da

CUT

6. Proporcionalidade nas assembleias de base

7. Eleições dos delegados ao Concut.

Como se vê, praticamente todos os pontos são polêmicos e já foram motivo de muitas tensões e confrontos no 4º Concut, realizado de 4 a 7 de setembro do ano passado, em São Paulo, e encerrado em meio a pancadaria entre partidários de diversas tendências internas.

De todos eles, no entanto, a discussão sobre filiação internacional promete ser a mais "quente", sobretudo por causa da proposta de filiação à CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres), defendida pela Articulação Sindical e atacada por outras forças, que classificam aquela entidade como social-democrata.

Daqui para julho, portanto, o tempo promete esquentar bastante o movimento sindical cutista.

Reforma Agrária nas Cidades

“Não haverá solução duradoura para as crises que afligem a sociedade brasileira se não resolvermos a questão da estrutura fundiária por meio da reforma agrária”

Os trabalhadores urbanos vão fazer ato pela reforma agrária nas principais cidades do Brasil na semana de 20 a 25 de julho. A proposta está sendo encaminhada pela Secretaria Agrária Nacional do PT, através das secretarias estaduais, aos sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Na avaliação da Secretaria Agrária - como consta em documento elaborado em março deste ano -, *“os setores populares não conseguiram manter a questão da reforma agrária na pauta nacional”*.

A SAN destaca a importância de se inverter a abordagem que tem sido feita do tema até agora, tratando a reforma agrária exclusivamente do ponto de vista dos produtores rurais, o que certamente tem contribuído para que o assunto seja visto como um problema apenas do campo: *“Quando um operário perde seu emprego ou se dá conta de que centenas de outros operários disputam seu posto, é necessário fazê-lo compreender que isto ocorre porque milhões de trabalhadores rurais foram expulsos de suas terras. É a presença de milhões de braços no mercado de trabalho que rebaixa seu salário e ameaça seu emprego.*

Quando um morador da periferia das grandes cidades percebe que milhares de pessoas disputam com ele a mesma casa popular, é necessário fazê-lo compreender que a migração de trabalhadores do campo para a cidade elevou brutalmente a demanda por moradias, saneamento básico, transporte, saúde, educação, nos centros urbanos do país.”

É imprescindível discutir as consequências que a ausência de uma reforma agrária no Brasil tem sobre a vida da maioria da população. Com base nessa análise e visando o êxito das jornadas de luta já marcadas pela CUT, MST e outras

entidades (veja matéria nesta página), a Secretaria Agrária Nacional do PT está propondo aos sindicatos filiados à CUT que realizem, nesta semana de 20 a 25 de julho, seminários sobre a reforma agrária e os trabalhadores das cidades, mostrando a importância desta luta para a melhoria da qualidade de vida dos centros urbanos.

A secretaria propõe, ainda, que esses seminários sejam encerrados com atos pela reforma agrária, com a presença de personalidades e artistas de vários estados.



Jornadas de Luta pela Terra

Daqui até julho, três jornadas de luta com mobilizações em todo o país pela reforma agrária, crédito rural, salário digno, contra a construção de barragens e pela demarcação das terras indígenas

Garantir o êxito das jornadas de luta dos trabalhadores rurais em 1992 será tarefa prioritária dos militantes do PT que atuam em torno da questão agrária. Essa é a orientação da Secretaria Agrária Nacional do PT, aprovada na reunião do coletivo nacional da secretaria, dia 13 de março.

“As condições de vida do povo brasileiro agravam-se a cada dia e o movimento sindical e popular não tem demonstrado capacidade de unificar suas lutas para enfrentar com eficácia a ofensiva do governo Collor. Essa situação coloca o desafio e a responsabilidade de concentrar esforços na mobilização para fazer frente à crescente marginalização dos trabalhadores brasileiros e ao consequente esvaziamento das lutas populares”, afirma Hamilton Pereira, Secretário Agrário Nacional do PT.

A Central Única dos Trabalha-

dores, o Movimento Sem Terra, a Contag, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Pró-Central de Movimentos Populares, com o apoio do Conselho Indigenista Brasileiro e da Comissão Pastoral da Terra, estabeleceram um calendário de lutas batizado de *“Jornada de Luta dos Trabalhadores Rurais Brasileiros”*, que consta de mobilizações em todo o país pela reforma agrária, crédito rural, salário digno, contra a construção de barragens e a demarcação das terras indígenas. A primeira jornada está marcada para 27 de abril até 1º de maio. A segunda, vai de 25 a 31 de maio e a terceira será de 20 a 25 de julho.

“O PT através de suas secretarias Agrária e Sindical, vai trabalhar para que as organizações rurais unifiquem suas estratégias e suas táticas, produzindo a consciência política da mobilização popular para nos arrancar do imobilismo e das disputas internas”, garante o Secretário Agrário do PT, Hamilton Pereira.

Em sua reunião de 14 e 15 de março, o Diretório Nacional do PT definiu que a mais importante tarefa do partido para 92 é a mobilização social.

Agradecendo o apoio

Depois de passarem um ano e cinco meses encarcerados, os seis lavradores presos durante o conflito da Praça da Matriz, em Porto Alegre (RS) - acusados pela morte do brigadiano Valdeci Lopes -, tiveram suas prisões relaxadas, no dia 6 de janeiro deste ano. Otavio Amaral esteve na sede nacional do PT, em São Paulo, para agradecer, em seu nome, em nome de seus companheiros e do MST, o apoio que receberam do Partido. Amaral falou sobre essa triste experiência ao BN: *“Sem as pressões e denúncias dos companheiros, entidades e partidos provavelmente continuaríamos sendo tratados como presos comuns”*. Hoje, 60 dias após o relaxamento da prisão, Otavio Amaral, José Gowaski, Augusto Moreira, Idone Bento, Elenir Nunes, Argemiro Rodrigues e suas famílias foram assentados. *“Nós*

Calendário da Secretaria Agrária Nacional

Abril

- 4 e 5 - Encontro Setorial Agrário de SC
- 11 e 12 - Encontro Setorial Agrário de MS
- 13 - Reunião do Coletivo da Secretaria Agrária - SP
- 27 a 30 - Jornada de Lutas dos Trabalhadores Rurais

Maio

- 1 e 2 - Encontro Setorial Agrário de MS
- 10 - Encontro Agrário da região de Araçatuba - SP
- 11 a 15 - 3ª Etapa do Curso para militantes rurais, das Secretarias Agrárias no INCA - SP
- 15 - Reunião do Coletivo Nacional e Direção da Secretaria Agrária Nacional - SP
- 25 a 30 - 2ª Jornada de Lutas dos Trabalhadores Rurais

Junho

- 16 e 17 - Encontro Nacional da Secretaria Agrária Nacional com secretarias estaduais e bancada federal e estadual
- 18 - Reunião do Coletivo Nacional e Direção Ampliada da Secretaria Agrária.

continuamos na luta pois ainda há 100 mil famílias sem terra. E tudo aquilo por que passamos só serviu para aumentar nossa vontade de lutar". Amaral também veio pedir aos petistas que continuem a dar seu apoio.

O trabalho que o PT desenvolveu a nível nacional e internacional para libertá-los foi fundamental mas o problema desses companheiros ainda não está resolvido, eles deverão ir a julgamento em maio. Continuamos solidários.

Processos se arrastam na Justiça

A violência na zona rural, principalmente no sul do Pará tem na impunidade e na lentidão do Poder Judiciário fortes aliados. Veja como está o andamento dos processos de alguns dos casos que mais chocaram a opinião pública nos últimos anos:

● **João Canuto de Oliveira:** o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria foi assassinado 18 de dezembro de 1985. O processo encontrava-se ainda em fase de inquérito, no Fórum de Rio Maria, quando foi transferido para a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), em Belém, onde está submetido a um interminável estudo.

● **José e Paulo Pereira Canuto:** Filhos de João Canuto, foram assassinados em 22 de abril de 1990. Este processo já foi sentenciado pelo juiz da Comarca de Xinguara, que pronunciou os executores do crime, José Ubiratam Ubirajara, então soldado da Polícia Militar do Estado do Pará, e o sargento PM Edson Matos. Atendendo ao pedido de desaforamento do julgamento feito pela assistência de acusação, com o objetivo de indiciar Geraldo de Oliveira Braga - proprietário da fazenda Suiacuí e provável mandante do crime -, um novo julgamento deverá ser realizado em Belém, ainda sem data marcada, já que o juiz da comarca de Xinguara alegou ter sido ameaçado de morte.

● **Expedito Ribeiro de Souza:** o então presidente do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Rio Maria, foi assassinado em 2 de fevereiro de 1991. Após a sentença, pronunciada pelo juiz de Xinguara, os advogados de Jerônimo Amorim, o mandante do crime, recorreram em vão da decisão. Novamente recorreram junto ao Superior Tribunal da Justiça, tendo sido negado pelo desembargador Nelson Amorim o seguimento do recurso. Agora eles recorrem através de Agravo de Instrumento, que deve ser remetido ao STJ. Dois pistoleiros estão presos desde fevereiro de 1991. Por força do *habeas corpus*, Jerônimo aguarda em liberdade o resultado do processo.

● **João Carlos Batista:** Deputado do PSB assassinado em Belém, em 8 de dezembro de 1988. Após a desistência da juíza da 2ª Vara Penal, Ivone Santiago, e da não aceitação do caso pela juíza da 6ª Vara Penal, Ana Tereza Sereni Murieta, que alegou ter parentesco com um dos réus, o processo encontra-se na Corregedoria da Justiça a fim de ser dirimido um pedido de Exceção de Suspensão do Ministério Público. Somente os envolvidos, Péricles de Souza e Roberto Cirino estão presos.

● **Paulo César Fonteles:** Deputado do PCdoB assassinado em Ananindeua, no dia 11 de junho de 1987. A juíza Maria Nazaré Silva, da Comarca de Ananindeua, pronunciou Jaime Sylvio de Vita Lopes, Antonio Pereira e Osvaldo Pereira. O primeiro recorreu da sentença em setembro de 1990. Até o segundo semestre de 1991, o processo ainda não havia chegado ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Uma Pátria para os Brasiguaios

Hernandarias. Um lugarejo empapado de chuva e de lama, à margem do lago Itaipu, há poucos quilômetros de Cindas del Este, antigo Puerto Stroessner. Num centro de treinamento mantido por uma organização religiosa ecumênica, reuniram-se o Partido Democrático Popular (PDP), A Fundação Nacional Campesina (FNC), a Confederación Nacional de Lucha por Tierra y Vivienda (CNLTV), do Paraguai; o MST, o DNTR-CUT e o PT, representado pela Secretaria Agrária Nacional, do Brasil.

Pauta: a dramática situação dos Brasiguaios. Para discuti-la conta-

mos ainda com a participação dos companheiros Pedro Tonelli e Adão Pretto, deputados federais e Ovídio (PT-PR) e Zeca (PT-RS) deputados estaduais.

Para entender as raízes do problema. A modernização da agricultura, em particular nos estados do sul operou uma violenta concentração de Terra, renda e tecnologia. Gerou, em conseqüência uma massa considerável de camponeses sem terra que passam a ser uma ameaça permanente às cercas do latifúndio. Esse processo Social contraditório desencadeado pelo avanço do capitalismo no campo opera no sentido de remeter como mão-de-obra proletarizada para os setores urbanos, a maioria dos trabalhadores agrícolas e de redefinir o papel da pequena propriedade agrícola liquidando uma grande parcela e selecionamento entre os que sofram aquelas de "maior capacidade perencial" e maior capitalização. O que resta são os deserdados da terra. Para eles, o destino é a fronteira agrícola. O Noroeste, o Norte, o Centro-Oeste. El Dorado agora se chamava Rondonia, Mato-Grosso, Acre, Norte de Goiás, Sul do Pará, Maranhão. Essa é uma história conhecida do que se passou naqueles anos em que o regime militar tomou a si a condução da política agrária/agrícola e da ocupação de novos espaços produtivos no campo brasileiro.

A expansão da fronteira agrícola no Sul do país encontrou um espaço próximo, com áreas férteis e terras baratas: o departamento do Alto Paraná, no Paraguai. O processo social e econômico que descrevi acima não é apenas o resultado do confronto objetivo dos interesses sociais em jogo. O Estado brasileiro atua como força orientadora de um processo de migração de camponeses que responde:

a) à necessidade de esvaziar a pressão dos sem terra sobre a estrutura fundiária da região mais dinâmica da agricultura do Brasil;

b) à incorporação de novas terras ao processo produtivo da agricultura brasileira. Considerando-se a condição do Paraguai de país mediterrâneo, o Brasil, e particularmente, os seus investidores se candidatava a ser o corredor por onde escoaria a produção agrícola do Paraguai via Porto de Paranaguá;

c) à necessidade de atender aos propósitos expansionistas do regime militar brasileiro na disputa geopolítica com a Argentina pela hegemonia do Cone-Sul, e;

d) a presença dos brasileiros na região atua como um "Colchão de Segurança" em torno da Barragem

de Itaipu.

O Governador Stroessner, naturalmente, não é inocente neste processo. Na disputa entre Brasil e Argentina opta pelo alinhamento com o Brasil sacrificando a soberania do Paraguai em nome de um remoto projeto de desenvolvimento subordinado ao "Milagre Brasileiro".

São 300 mil camponeses. A esmagadora maioria sem terra quase dois terços vindos do Paraná. A outra terça parte compõe-se de catarinenses, gaúchos e, em menor medida de outros estados brasileiros. Uma parcela significativa é composta por aqueles que, ao chegar, conseguiram adquirir 25 a 30 ha. de terra. Não ultrapassam 20% do total.

Médici e Geisel se foram. Figueiredo se foi. Stroessner se foi. Vieram a Nova República e Collor. Veio Rodrigues. Esses milhares de trabalhadores ocupam as melhores terras do Paraguai e assim são vistos pelos camponeses paraguaios. Como invasores, como intrusos: o tempo é implacável. Qual é hoje a identidade desses trabalhadores? Eles são brasileiros? Paraguaios? E seus filhos, com mais de 20 anos de idade? Brasiguaios. Uma identidade intermediária, ambígua para quem perdeu a terra, a pátria a possibilidade de se expressar em sua própria língua.

Neste 1º semestre estão concluindo contratos de arrendamento de cerca de 5 mil famílias de Brasiguaios. Para onde vão elas? As tentativas de retorno, que ocorreram desde o anúncio do PNRA da Nova República foram contidas pelo aparato repressivo paraguaio e brasileiro. Para o governo paraguaio interessa definir o status deles. Para o governo brasileiro o retorno significa ampliar a pressão popular pela Reforma Agrária multiplicando o contingente sem-terra que demanda desapropriações imediatas.

Para nós, do PT, e para os movimentos sindical e popular no Brasil e no Paraguai está posto um imperativo ético e político: o retorno. Não cabe outra discussão senão a dos meios mais eficientes para devolver-lhes a pátria que perderam. Devolvê-los à pátria de onde foram expulsos pelo avanço do capitalismo no campo e por uma política de governo expansionista, cujo objetivo, em última análise, é a utilização de terras do Paraguai como válvula de escape para as contradições sociais no campo brasileiro, para manter intocados os interesses do latifúndio. Em uma palavra, o projeto do governo brasileiro define-se: Anexação.

Hamilton Pereira
Secretário Agrário Nacional

Em 92, buscar maior incidência na vida partidária

A Plenária Nacional de Formação Política, realizada no último mês de março, concluiu seu planejamento para 92 destacando a necessidade de a Formação Política ter atuação mais eficaz no cotidiano da vida partidária.

Reconhecendo os limites de sua atuação, o Coletivo Nacional reconhece a necessidade de um trabalho de formação que possa sensibilizar os quadros dirigentes, estes verdadeiros formadores partidários.

A Plenária revelou sua preocupação com os rumos de nossa vida partidária. Há o reconhecimento do importante crescimento social e institucional do Partido, que deve ser potencializado. De outro lado, a preocupação com a progressiva dificuldade de nossa militância em estar inserida eficazmente nos movimentos sociais; esta mesma preocupação se estende à fragilidade de nossos quadros frente aos riscos de cooptação do aparelho institucional. Ao invés de uma postura defensiva e de medo, se afirma a necessidade de politização deste debate e a importância do papel que a formação política pode desempenhar neste contexto.

Não interessa, desta forma, pensar formação política como realização apenas de cursos e seminários, nem tampouco como momentos de transmissão de verdades já elaboradas; afirma-se, ao contrário, que a atividade de formação política deve provocar a criatividade, a crítica e sobretudo desenvolver a capacidade de interferência no dia-a-dia da ação partidária.

Em função desta análise, o planejamento de 92 trabalha as seguintes atividades principais:

Participação Ativa nas Atividades Ligadas às eleições 92: a secretaria nacional participa diretamente do GTE (Grupo de Trabalho das Eleições) responsabilizando-se pela capacitação dos Coordenadores de Campanha, candidatos e, para o mês de novembro, prepara uma atividade formativa para os eleitos (já realizamos um primeiro curso para multiplicadores de planejamento eleitoral no final de março, em convênio com o Instituto Cajamar).

Formação de Base: implementar os primeiros passos do Telecurso de Formação Política e estabelecer um programa básico de formação para iniciantes (recém-filiados).

Programa de Estudo à Distância:

retomando em novas bases o Programa de Formação de quadros dirigentes, montar um projeto editorial voltado à capacitação de lideranças no sistema de monitoramento à distância: fascículos que compõem uma série, com sistema de correspondência entre o estudante e o orientador, incluindo a realização de seminários periódicos de socialização. Este projeto será lançado durante o Encontro Nacional, com a edição dos primeiros fascículos.

Formação de Formadores: das sequências à capacitação dos quadros formadores e planejadores de formação política, visando a estruturação de secretarias estaduais e municipais de formação.

Formação de Ativistas das Secretarias Nacionais: através de convênio com a secretaria de juventude, agrária e de organização, dar continuidade à experiência iniciada em 91 de realizar cursos e seminários de capacitação dos participantes dos coletivos nacional e estaduais destas secretarias.

Ocupação do Espaço da Imprensa Partidária: desenvolver em 92 uma política de participação ativa nos debates do Boletim Nacional, Brasil Agora e da revista Teoria e

Debate, realizando uma campanha nacional de ampliação de assinaturas destes periódicos, a partir do mês de abril.

Seminários: realizar dois grandes seminários, em convênio com entidades próximas ao Partido. O primeiro, em outubro, sobre os 500 anos do "descobrimento", e o segundo que deverá ser um balanço do processo de formação nas diversas entidades sindicais, populares e políticas do Brasil e da América Latina: analisar metodologia, conteúdos pragmáticos, relação com outras áreas da atuação militante.

Intercâmbios Internacionais: manter o intercâmbio com as secretarias de formação política dos partidos latino-americanos que compõem o Fórum de São Paulo e com outras organizações internacionais, nos termos definidos pelo I Congresso.

Este projeto de trabalho começa a ser executado desde agora, está aberto a novas sugestões e sobretudo à participação de todos os companheiros e companheiras.

Gilberto Carvalho
Secretário Nacional de Formação Política

Amambai cria escolas guarani

A partir do limite norte do rio Apa, descendo em direção à fronteira, ao sul do estado do Mato Grosso do Sul, uma população de aproximadamente 23 mil índios guarani vive em dez áreas demarcadas e relativamente garantidas, que totalizam 18 mil hectares, enquanto aguardam o processo de demarcação e regularização de outras sete áreas.

Ensino diferenciado

Nas áreas demarcadas existem escolas oficiais da FUNAI ou Missão Protestante, todas num contexto de ensino rural, totalmente desvinculado da realidade desse povo, com uma metodologia tradicional e professores brancos alfa-

betizando em português crianças que falam apenas o guarani. Essa é a principal explicação para os índices de reprovação que chegam a 80% e para a consequente evasão escolar.

A criação de escolas próprias, com ensino voltado para seu povo é reivindicação antiga dos guarani. Mas esta reivindicação só pôde ser atendida a partir de 88, quando o município de Amambai elegeu o petista Anilson Rodrigues de Souza para prefeito - desenvolver um programa específico de educação indígena e apoio às áreas guarani do município fazia parte de sua plataforma de governo. Em 89 criou-se, na Secretaria Municipal de Educação, o Núcleo de Educação Indígena (NEI). Durante esse ano a equipe de indigenistas do NEI

capacitou seis professores escolhidos pela comunidade para iniciarem o processo de alfabetização na Língua Guarani. A proposta é alfabetizar os índios primeiro em guarani e apenas numa segunda fase alfabetizar na língua portuguesa. Novos cursos de capacitação se deram em 90 e 91 para professores de 2ª a 4ª série. Atualmente nas duas áreas gurani do município de Amambai, Aldeias Amambai e Limão Verde, existem cinco escolas com 15 professores guarani-kaiowá ensinando 326 crianças e 70 adultos. A prefeitura presta atendimento a essas escolas com preparação pedagógica para os professores, material pedagógico e merenda escolar. O índice de aprovação dos alunos em 91 é de 90%, o que demons-

tra os resultados positivos desse projeto.

No dia 10 de novembro de 1991, os professores guarani-kaiowá do Mato Grosso do Sul realizaram seu II Encontro e elaboraram um documento reivindicando "que as iniciativas escolares próprias das comunidades guarani-kaiowá sejam reconhecidas e apoiadas pelos municípios, estado e união, independentemente de terem seus currículos e regimentos já elaborados. Tendo em vista que já existem leis que garantem uma escola diferenciada para cada povo indígena, de acordo com sua cultura e suas necessidades, conforme a nova Constituição Federal e Portaria Interministerial nº559, pedimos que a sociedade não índia, principalmente as autoridades, respeitem as nossas decisões".